

Reunião do Grupo Gestor do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária 10/02/2025

No dia 10 de fevereiro de 2025 às 14:00h, por meio da Plataforma google meet, foi realizada uma reunião do Grupo Gestor do MNPCFC com os seguintes participantes: Fernanda Flaviana; Suzana Pellegrini; Edinalva Severo; Dayse Bernardi; Ivan Ferreira; Dalízia Amaral; Maristela Cizeski; Jonathan Hannay; Débora Vigevani; Suzana Morais Pellegrini; Lorenzo Delaini; Débora Vigevani; Lorenzo Delaini; Perina Costa; Estela Argolo; Amparo Seibel; Raum Batista; Patrick Reason; e da equipe da Providens estiveram presentes Leonardo Fontes e Rebeca Rezende. Fernanda iniciou a reunião dando boas-vindas e na sequência Jonathan afirmou ser necessário avaliar, em caráter regimental, a questão das presenças nas reuniões do GG, visto que muitos membros não estão participando ativamente deste espaço e que podem, posteriormente, escrever seu nome na lista de presença, mesmo sem ter participado das reuniões. Fernanda sugeriu que sejam anotados os nomes dos participantes, além do preenchimento da lista de presença. Na sequência, ela passou a palavra para Suzana Pellegrini realizar um momento de acolhida. Suzana discutiu sobre o tema “Saber cuidar” a partir do autor Leonardo Boff, destacando a importância de possuir políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes que incluam o cuidado e afeto como um fundamento. //////////////////////////////////////

Posteriormente, Fernanda deu continuidade à reunião, fazendo uma retomada geral das atividades desenvolvidas em 2024, destacando que foram realizados os eventos “Minhas Vida Fora do Acolhimento”, em Belo Horizonte; “Cola com Nós - Diálogos sobre Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes”, em Salvador; e a Comemoração dos 20 anos do MNPCFC, em Brasília. Somado a isso, foi realizado o lançamento do Livro do Movimento; a participação no Plano Nacional; a contribuição com o fortalecimento da distribuição do Guia de Acolhimento Familiar em todo o Brasil; e a realização de lives dos GTs. Segundo ela, todas as ações propostas foram cumpridas de forma integral, conforme o previsto. Na sequência, Fernanda passou a palavra para Ivan Ferreira discutir sobre o **Plano de Ação de 2025**. Ele iniciou sua fala apresentando o Planejamento da Secretaria Executiva que possui 06 metas/ações para serem realizadas ao longo de 2025, sendo elas: “1) Realização de encontros visando o monitoramento e avaliação do Plano de Ação”; “2) Fomento de Acompanhamento da atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

Comunitária”; “3) Organização e revisão do regimento interno”; “4) Organização de encontros para a realização de alinhamento conceitual”; “5) Realização de encontros nacionais visando a mobilização e articulação sobre o tema convivência familiar e comunitária”; e a “6) Revisão do fluxo de recebimento de novos membros para o Movimento Nacional”. Posteriormente, apresentou 03 metas/ações para o Planejamento para as Ações Integradas: “1) Realização de oficinas para alinhamento sobre a guarda subsidiada para a família extensa no território nacional, considerando documentos do SNAS e documentos Internacionais, bem como projetos de lei N° 7047 e 7562 de 2014 (Prevenção, Proteção, Acolhimento).”; “2) Incidência na implementação do Plano Nacional CFC.”; e “3) Mobilização de OSC / Fóruns / Conselhos / Redes locais nos estados, para adesão ao Movimento Nacional”. Ele solicitou que o GT Prevenção avalie se a primeira ação permanecerá fazendo parte do planejamento da “Ação Integrada”, ou será registrada no Plano de Ação específico do GT. Raum Batista comentou que o GT Prevenção possui uma meta para fomentar a incidência política sobre Família Extensa, mas destacou ser importante trazer mais alinhamentos nas reuniões do Grupo Gestor (GG), uma vez que, estão sendo desenvolvidas ações que precisam ser compartilhadas com os membros, como o fato de um Projeto de Lei (PL), que confundia os conceitos de família extensa e família de origem, ter tido a sua redação alterada a partir de uma articulação realizada pelo GINF. Nesse sentido, ele sugeriu que esta ação permaneça no planejamento da “Ação Integrada” para que haja momentos de discussão e alinhamento junto ao GG, além de se manter no planejamento do GT Prevenção, para que a prática da incidência sobre a temática de Família Extensa seja desenvolvida. Fernanda concordou com Raum, sugerindo que esse tema seja discutido na próxima reunião do GG, sugerindo que Claudia Cabral seja convidada. Somado a isso, destacou que a reunião discuta temas relacionados a este GT, uma vez que Jonathan também solicitou uma pauta para compartilhar sobre uma publicação que se relaciona com a prevenção. Edinalva Severo sugeriu que a reunião que discuta sobre Família Extensa seja ampliada, envolvendo os membros para além do Grupo Gestor. Fernanda concordou, decidindo, juntamente com o grupo, que a próxima reunião será no dia 10/03/2025. Dayse Bernardi concordou que o tema deve ser discutido de forma ampliada. Posteriormente, Débora Vigevani afirmou que o GT prevenção tinha realizado uma proposta de reformulação do Eixo 1 do Plano Nacional, questionando se a mesma será realizada



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

e Fernanda salientou que esta questão será discutida na sequência. Posteriormente, Jonathan Hannay afirmou que a pauta solicitada pelo GT Prevenção deveria ser discutida apenas na Reunião do GG. Fernanda sugeriu realizar duas reuniões no mês de março, uma para o GG e outra ampliada e Raum concordou, solicitando que a reunião no dia 10/03/2025 seja para o GG e que em outro momento seja marcada uma reunião ampliada para discutir sobre Família Extensa, com os demais membros do MNPCFC. Ele salientou que o GT prevenção vai abordar sobre outras questões para além da família extensa, sendo necessário discutir com o Grupo Gestor. Os demais membros concordaram. Na sequência, Ivan iniciou a apresentação do Plano de Ação do GT Prevenção. Ele explicou que foram mantidas duas ações continuadas: “1) Organização do inventário das ações de trabalhos sociais com famílias desenvolvidas nas 5 regiões do Brasil dentro da membresia e fora.” e “2) Organização de advocacy para tipificar o programa/serviço de guarda subsidiada dentro da Proteção Social de Média Complexidade.” Além destas, ele destacou que o GT decidiu por manter a ação relacionada à publicação do Guia de Prevenção, com previsão de publicação para outubro, além de acrescentar uma ação voltada ao protagonismo. Lorenzo Delaini explicou que a proposta seria desenvolver três ações voltadas ao protagonismo infanto-juvenil, sendo elas: a retomada do “Criança e Adolescente em Movimento”, com o objetivo de que sejam realizadas reuniões mensais com o apoio do MNPCFC; a realização, em 2025, de um encontro nacional de Prevenção, em formato online, com possibilidade de ser desenvolvido em julho; e um encontro presencial em 2026. Fernanda afirmou que o Guia de Prevenção está em processo de elaboração, que ela e Raum estão organizando o documento e que seu desejo é que ele seja publicado em 2025, mas que não sabe se será possível. Somado a isso, afirmou que o documento com o Plano de Ação será encaminhado novamente para que as considerações discutidas na reunião sejam acrescentadas, destacando que o prazo para as modificações é de uma semana. Posteriormente, Suzana Pellegrini apresentou o planejamento do GT Acolhimento Familiar/ Família Acolhedora, afirmando que foram mantidas as ações pactuadas, anteriormente pelo Grupo. Segundo ela, o GT planejou quatro ações: “1) Continuidade na organização da live sobre “transições do acolhimento institucional para o familiar”; “2) Retomada do documento sobre transições”, reformulando a forma de construção do documento; “3) Manutenção de reuniões mensais”; e “4) Participação coletiva na consulta pública do



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

Plano Nacional CFC”. Na sequência, Dalízia Amaral destacou que gostaria de fazer parte da retomada da construção do Guia e Suzana afirmou que esta ação será retomada e a sua colaboração será bem-vinda. Fernanda salientou que, inicialmente, a proposta seria elaborar um artigo sobre as transições, o que se tornou um grande desafio para o grupo. Foi decidido recomeçar a elaboração, buscando construir um Guia que traduza a prática do que seria necessário para a transição; os fluxos desenvolvidos; o papel do poder público e o acompanhamento das crianças e adolescentes de um serviço para o outro. Susana concordou, afirmando que o objetivo para 2025 seria realizar uma live sobre as transições e, a partir dela, retomar a escrita do Guia. Fernanda sugeriu agendar com antecedência a live, para que o Leonardo Fontes, que realiza o apoio na comunicação do Movimento, possa se organizar para participar. Débora Vigevani sugeriu que o Guia de Transição seja elaborado com o formato semelhante ao Guia de Acolhimento Familiar, destacando que a SMAS tem o objetivo de elaborar um Guia nesse formato. Ela afirmou ser interessante alinhar com o MDS o que está sendo elaborado, para unir esforços, uma vez que a construção de documento junto ao MDS teria mais força e capilaridade. Fernanda afirmou que esta questão está pactuada e, por isso, Ana Angélica e Dalízia estão no grupo para participar desta construção. Dalízia concordou, se oferecendo para reforçar com Ana Angélica que será desenvolvido um trabalho conjunto. Ademais, Suzana afirmou que será elaborado um cronograma para as reuniões do GT e que houve um grande esforço para a participação coletiva no Plano Nacional. Fernanda salientou que existe a portaria nº 1052 do MDS, que institui um Grupo de Trabalho no âmbito Federal para atingir os objetivos propostos para a recomendação conjunta número 2, que se refere à implantação, ampliação e qualificação de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora. Nesse sentido, ela comunicou ao GG que convidou a Suzana, atual coordenadora do GT Acolhimento Familiar/Família Acolhedora, para estar com ela neste Grupo. Susana afirmou estar feliz pelo convite e destacou que o Grupo terá a representação de outras articulações, como a Coalizão e CONANDA; além de afirmar que participa do Grupo em âmbito estadual. Ela finalizou, salientando que o GT ainda vai se reunir para finalizar as ações propostas e acrescentar a participação do Grupo em âmbito nacional. Posteriormente, Ivan iniciou a apresentação do Plano de Ação do GT Acolhimento institucional e outras Modalidades, afirmando que ele ainda está sendo fechado e que estão sendo definidas as ações continuadas e as que serão de



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

qualificação/realização. Somado a isso, destacou que serão realizados três Webinários vinculados ao Projeto de Belo Horizonte, que visa trabalhar sobre Projeto Político Pedagógico em Acolhimento Institucional; Trabalho com Família Extensa; e Desenvolvimento da Autonomia dos Adolescentes, que serão agrupados em uma única ação. Ivan afirmou que será articulada uma ação voltada a Incidência no Plano Nacional; e que será definido a permanência das ações relacionadas ao “Acolhimento Conjunto” e o “PPCAAM”. Dalízia afirmou ser importante avaliar a questão do “PPCAAM”, uma vez que, esta questão foi movimentada no MDS em decorrência de muitos profissionais do Serviço de Acolhimento Institucional possuem dúvidas quanto aos fluxos e recebimento dos adolescentes. Edinalva Severo afirmou que no Paraná o Programa é muito moroso, demorando de 15 a 20 dias para realizar a primeira avaliação. Dalízia concordou, destacando que outras etapas também são demoradas, como o desligamento e a articulação em conjunto com a equipe técnica e os serviços de acolhimento. Ela salientou sobre a necessidade de reforçar essa discussão no GT, com o objetivo de contribuir com a melhora dos serviços/construção dos fluxos. Raum afirmou que os Acolhimentos também tem uma questão com as crianças e adolescentes que estão no PPCAAM, por haver um questionamento se eles podem estar nesses espaços. Maristela perguntou se uma articulação do PPCAAM juntou ao acolhimento Institucional ou junto a Família Acolhedora deve ser pensada, e Dalízia afirmou que os profissionais dos Acolhimentos Institucionais estão apresentando questões e dúvidas, mas há registro, no Distrito Federal (DF), que famílias acolhedoras estão recebendo adolescentes do PPCAAM sem o conhecimento da equipe técnica do serviço, o que evidencia a necessidade de discussões e esclarecimentos para ambas as modalidades. Edinalva se colocou à disposição para contribuir com esta discussão. Amparo Seibel destacou que participa do Conselho Gestor do PPCAAM no Maranhão e que são registrados absurdos, uma vez que, o judiciário decide por não acolher adolescentes ameaçados de morte nos Serviços de Acolhimento e o Ministério Público solicita a implantação de um Serviço exclusivo para este fim. Ivan sugeriu que o GT compreenda melhor a discussão e formas de articulação em âmbito nacional, para identificar como o MNPCFC pode contribuir. Amparo afirmou que em alguns locais há a presença de “Famílias Solidárias” para o acolhimento desses adolescentes. Estela Argolo questionou se a experiência das famílias solidárias acontece em mais regiões do Brasil e Débora



salientou que há uma proposta para a sua expansão para todos os estados, mas que a questão orçamentária é um desafio. Ela afirmou que esta é uma questão que merece atenção e que o tamanho dos municípios deve ser considerado, visto que em cidades de pequeno porte a presença de adolescentes ameaçados de morte em Acolhimentos Institucionais é desafiadora, por colocar em risco a vida das demais crianças e adolescentes. Assim como o acolhimento familiar também é complexo, uma vez que as famílias podem não estar prontas e disponíveis para qualquer tipo de perfil de criança e adolescente. Estela Argolo e Lorenzo Delaini afirmaram se tratar de uma discussão complexa e que merece muita atenção. Na sequência, Dayse Bernardi perguntou se o GT Acolhimento Institucional vai realizar alguma contribuição para o Plano Nacional. Ivan afirmou que as discussões foram realizadas até dezembro de 2024, que questões foram apontadas e que será realizada uma reunião do GT para alinhar sobre o Plano Nacional. Ele destacou que mandou para o Grupo propostas relacionadas ao desenvolvimento da autonomia e a entrada no Acolhimento Institucional, que serão avaliadas na próxima reunião do GT. Edinalva informou que as propostas serão realizadas individualmente pelo CPF e Fernanda sugeriu que os coordenadores dos GTs enviem a proposta do Grupo. Posteriormente, Estela Argolo iniciou a apresentação do Plano de Ação do GT Adoção, afirmando que 2024 foi intenso por haver a realização das lives. Ela destacou que elas tiveram uma repercussão grande com os colegas da área, Judiciário e a Secretaria e que a partir de sua realização foi sugeriu elaborar um e-book que reunisse os temas discutidos. Estela afirmou que os palestrantes foram convidados para esta tarefa e o documento está em produção. A partir disso, destacou que foi elaborada a primeira ação do Planejamento: “1) Elaboração de um E-book: textos com informações mais completas acerca dos temas da live apresentados em 2024”. Ela salientou que materiais como este facilitam o trabalho dos profissionais que estão na ponta. Na sequência, afirmou que segunda ação do GT seria “2) Participação do ENAPA: Serviços de “Acolhimento, estratégias e políticas para o bom atendimento”; “O direito à Convivência Familiar e Comunitária””, salientando que o ENAPA estará em Brasília nos dias 15 e 16 de agosto e o Aconchego estará encampando. Estela afirmou que a sua realização é complexa, por se tratar de um evento nacional e que o processo de conseguir os parceiros não é fácil. Ela reforçou que a presença do Movimento é importante e Fernanda destacou que o evento já está marcado em sua agenda. Estela salientou



que após o evento será produzido um documento escrito com as informações discutidas, abordando sobre os muitos temas que envolvem o trabalho, como a preparação das crianças para a adoção e seus adotantes, além de abordar sobre os egressos. Por fim, destacou que a terceira ação se refere a “3) Análise das informações da pesquisa do CNJ sobre adoção mal sucedida e demais pesquisas conhecidas”, com o objetivo de reunir e disponibilizar estas informações com mais facilidade, dando um entendimento das dificuldades da adoção. Na sequência afirmou que o GT pensou em adicionar uma ação relacionada às contribuições do Plano Nacional e Dayse destacou ser importante, já que muitos temas abordados nas lives não foram abordados no Plano Nacional. Ela afirmou que na live foi construído um percurso da adoção, afirmando que este processo envolve a destituição do poder familiar que causa sofrimento para a vida psíquica da criança. Nessa perspectiva, identificando o movimento dos GTs anteriores de construir um Guia, ela sugeriu que todos os GTs elaborassem um documento conjugado, que abordasse, em sequência, a prevenção e o fortalecimento de vínculos familiares até a construção de novos vínculos a partir da adoção. Dayse destacou que poderia ser um Projeto para o MNPCFC, que construiria Guias para todo o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Fernanda gostou da sugestão, salientando que a construção do documento dessa forma, traria a linha conceitual, histórica, metodologia e boas práticas a partir da visão do Movimento. No que diz respeito à fala de Dayse sobre o cuidado necessário para o processo de adoção e destituição familiar, Maristela afirmou que há uma visão romantizada desse processo, por conhecer muitos casos de mães que perderam seus filhos abruptamente, contribuindo para muito sofrimento. Ela destacou achar interessante a construção de um Guia, mas que gostaria de entender quando o Sistema de Justiça, o Sistema de Garantia de Direitos, o Conselho Tutelar e as equipes técnicas vão compreender que eles têm uma grande responsabilidade nesse processo, podendo causar muito sofrimento para as famílias. Dayse concordou com Maristela, afirmando que uma das lives se relacionou a esse tema, havendo uma discussão teórica e o depoimento de mães que passaram por essa situação. Ela destacou que essa temática será trabalhada no documento escrito. Raum parabenizou Estela e Dayse pelas lives de adoção, concordando que seria necessário sistematizar os temas discutidos em texto. Ademais, perguntou se será possível discutir no Enapa sobre Família de Origem e Estela afirmou que o tema seria



“Entrelaços: A Lei, o Saber, o Afeto na garantia de direitos das crianças e adolescentes acolhidos”, com a proposta de discutir desde família de origem à adoção. Raun afirmou que a discussão sobre família de origem se divide em dois campos, o primeiro que se relaciona às pessoas cresceram em uma família adotiva e querem buscar sua família biológica; e o segundo referente a escuta das famílias que tiveram seu poder familiar destituído, com o objetivo de compreender como este processo foi conduzido. Ele salientou que esta questão poderia ser discutida mais para frente. Dayse afirmou que há uma série de estudos realizados pela Eunice Fagno que se relacionam com esta temática e que poderiam ser trazidos pelo GT como uma contribuição. Estela afirmou que a Janaína do ANTERA, também poderia contribuir nesse sentido; além de destacar que a destituição do poder familiar se trata de um assunto complexo e que o poder judiciário não quer que seja discutido. Ademais, compartilhou que o Ministério de Direitos Humanos deu apoio para que mulheres em situação de rua do Distrito Federal, pudessem realizar um seminário sobre a experiência de terem seus filhos retirados em decorrência da trajetória nas ruas, salientando que elas são perseguidas e que é preciso pensar em formas de intervenção e abordagem que garantam a segurança delas. Maristela concordou, afirmando que no Sul esta questão é muito desafiadora. Fernanda destacou que se for da vontade dos membros, pode submeter um projeto de pesquisa na PUC - Minas com este tema, com o objetivo de escutar essas famílias em Minas Gerais. Por fim, Ivan Ferreira apresentou o Planejamento do GT de Egressos, destacando que o Coordenador Sérgio Marques não pode estar presente, mas que foi elaborada a seguinte ação: “1) Discussão da leitura do E-book “Minha Vida Fora Dali (Egressos)”. Ele afirmou que serão acrescentadas duas ações, uma seria a realização de um evento em comemoração ao aniversário de ano do Movimento “Para além do Acolhimento” e a segunda seria o desenvolvimento de ações de apoio para este grupo de egressos. Fernanda informou que Antônio, presidente do Movimento “Para além do Acolhimento”, está sendo acompanhado, que ele passou no curso de Serviço Social na UFRB, que está sendo auxiliado no processo de moradia universitária e que ele está trabalhando no Aldeias SOS. Ela destacou que em comemoração ao aniversário de um ano do Movimento, será realizada uma live com o apoio do MNPCFC e que esta ação pode ser acrescentada, juntamente com a produção do livro de Egressos que está em processo final de revisão. Na sequência, Débora Vigevani destacou que há mais um capítulo do



livro para ser entregue e que logo mais será encaminhado. Somado a isso, afirmou ter dúvidas sobre a forma que foi construído o Planejamento do GT de Egressos, uma vez que ela faz parte do Grupo e que não houve a realização de encontros para discutir esta questão. Ela salientou que teria contribuições para fazer, uma vez que seria importante elaborar propostas para o Plano Nacional, além de afirmar que há um Edital de Egressos que está sendo desenvolvido pelo Conanda com a SNDCA, que o Aconchego e as Aldeias Infantis SOS foram contemplados. Ela finalizou sua fala salientando ser importante que este planejamento seja construído por todo o GT. Ivan destacou que a ação apresentada já estava posta para o Grupo anteriormente, informando que solicitou ao coordenador para realizar esta reunião de validação com o grupo. Ele afirmou que Débora pode se manifestar no Grupo para que este encontro seja realizado e o Planejamento finalizado. Fernanda finalizou a pauta afirmando que conversou com o Sérgio Marques e que acredita que o grupo vai se movimentar mais nesse ano de 2025. //////////////////////////////////////

Na sequência, Fernanda iniciou a próxima pauta, afirmando que nos dias 03, 04 e 05 de junho 2025 será realizado um **Seminário sobre Prevenção** do Movimento Nacional, destacando que no dia 03 será a reunião do GG e nos dias 04 e 05 será o evento com todo o público. Ela salientou que o objetivo seria dar ênfase no que o Plano Nacional trouxe de novidade, bem como discutir sobre a prevenção e promoção de família de origem, além da reintegração familiar, pensando em posteriormente construir uma produção a respeito. Somado a isso, destacou que haverá uma mesa para o resultado de estudos e pesquisas realizadas pelas Instituições que compõem o MNPCFC, abordando sobre Famílias (Aldeias Infantis SOS), Acolhimento Institucional (Providens) e outras que tiverem o interesse de compartilhar o trabalho produzido. Ela afirmou que o evento será sustentável, tendo uma taxa simbólica para financiar bolsas, banner, alimentação e outros itens necessários. Jonathan afirmou que acredita que o termo “Boas Práticas” é utilizado muito livremente, sendo preciso compartilhar práticas que tenham pesquisas que comprovem a sua efetividade, demonstrando em que escala e localidade elas impactam. Destacou que são necessários estudos que demonstrem esses resultados após 5 ou 10 anos, uma vez que, para ele, os relatos de Estela e Edinalva sobre adoção, refletem uma total ineficácia das intervenções preventivas. Por isso, salientou que o MNPFCF necessita ter muito critério antes apresentar ações como sendo boas práticas, já que a premissa

é que elas sejam utilizadas e adaptadas para outros municípios. Fernanda concordou, afirmando ser necessário mostrar práticas que tenham efetividade comprovada, solicitando indicações e apoio dos membros para isso. Patrick Reason perguntou como a produção do Plano Nacional estará até junho de 2025, para ser alinhada qual a ênfase política que o encontro deve desenvolver, visto que isso influenciaria na abordagem do Seminário e nos convidados para ele. Fernanda sugeriu em fazer uma palestra magna no dia 3, na parte da noite, para que seja falado sobre o Plano Nacional com a presença de representantes das Secretarias e do CONANDA, a partir de uma abertura política sobre o tema. Lorenzo Delaini afirmou que apresentar propostas no Seminário, pode causar a impressão de que todos os serviços estão no mesmo nível, quando na realidade há uma hierarquia, visto que a Prevenção e o trabalho com famílias são prioridade. Por isso, ele sugeriu que o tema central do Seminário seja a prevenção e o trabalho de reintegração com as famílias. Debora concordou com Lorenzo, afirmando que há uma hierarquia e que o Seminário deve enfatizar isso. Ademais, destacou a necessidade de afinar o discurso em relação às novidades do Plano Nacional, visto que suas propostas vêm sendo trabalhadas desde 2006, sendo necessário enfatizar que não há uma execução do que já está previsto. Débora afirmou que as novidades são poucas, destacando que a reintegração familiar possui um eixo exclusivo, mas não é uma novidade, sendo perigoso adotar esse discurso, visto que dá a entender que o Movimento nunca se atentou para esta questão. Fernanda concordou, afirmando que a palavra “novidade” não será utilizada. Em resposta ao Patrick, Débora salientou ser complexo determinar como estará a construção do Plano Nacional, uma vez que há uma nova gestão conduzindo esse processo. Por isso, afirmou acreditar que o Seminário será importante para realizar uma pressão política para a aprovação da versão final do documento. Dayse destacou que não se pode reduzir a Convivência Familiar e Comunitária às questões do acolhimento, sendo necessário trazer, enquanto Movimento, o Eixo de Promoção da Convivência Familiar e Comunitária para que as medidas protetivas sejam excepcionais. Por isso, ela destacou que independente da finalização do Plano Nacional, a incidência política será importante para definir, com mais clareza, o objetivo do Movimento, uma vez que ele está organizado em Grupos de Trabalho, mas seu eixo central é a lutar pelo direito universal à Convivência Familiar e Comunitária. Ademais, ela salientou que este tema se relaciona com a discussão

deveriam realizar suas obrigações, tendo atendimento 24 horas. Dayse afirmou que o ECA mantém esta ação do Conselho Tutelar em casos excepcionais, mas que na realidade ela se torna uma regra, em decorrência do não funcionamento do sistema de garantias e do Sistema de Justiça. Segundo ela, o poder judiciário e o executivo não desenvolvem atendimentos aos finais de semana e no período da noite e, por isso, o Conselho Tutelar realiza o acolhimento nesses períodos. Somado a isso, muitos profissionais desconhecem os fluxos de atendimentos, reforçando a necessidade de formações contínuas. Por fim, Dayse afirmou que o NECA fará um Seminário sobre a Convivência Familiar e Comunitária e que seria interessante ter uma continuidade entre os dois eventos, de modo que o MNPCFC abra a temática pontuando essas questões e o NECA dê continuidade ao que foi elencado. Por fim, Maristela afirmou que o desenvolvimento de um Seminário para discutir esta questão é importante, mas que seria necessário uma ação maior para que venha trazer uma intervenção na prática. Fernanda concordou, afirmando que um evento como este pode ser o início para esta mudança. **Nada mais havendo a tratar**, os participantes se cumprimentaram e a reunião foi finalizada. Ademais, eu, Rebeca Rezende, lavrei a presente ATA. //////////////////////////////////////